

VIII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política Gramado 1 a 4 de agosto de 2012

AT: Eleições e Representação Política

Organização, território e sistema partidário: Difusão territorial da organização partidária e seus impactos sobre o sistema partidário no Brasil brasileiro

Maria do Socorro Sousa Braga (UFSCar)¹
Rodrigo Rodrigues-Silveira (USAL)
Tiago Borges (USP)

Qual é o padrão territorial da organização dos partidos brasileiros? Que relação possui com a estrutura do sistema partidário? Para responder essas questões este artigo tem três objetivos. Primeiro, sistematizar o padrão territorial da organização dos partidos brasileiros. Segundo, investigar a relação entre organização partidária e características gerais do sistema. Terceiro, produzir hipóteses sobre relações causais entre organização partidária, estrutura do sistema e desempenho eleitoral. As tarefas realizadas consistem em: (a) descrever e classificar os partidos em tipos, segundo sua distribuição territorial; (c) examinar de modo exploratório as possíveis relações entre os tipos de organização partidária e características da estrutura do sistema como um todo (número de partidos, fragmentação e competitividade). A metodologia empregada será a análise exploratória espacial de dados.

Palavras-chave: partidos políticos brasileiros, estrutura organização territorial, sistema partidário, desempenho eleitoral

¹ Professora do departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação de Ciência Política da Universidade Federal de São Carlos; Pesquisador do Instituto Iberoamérica da Universidade de Salamanca; doutorando do Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo.

1. Introdução

Qual é o padrão territorial da organização dos partidos brasileiros? Que relação possui com a estrutura do sistema partidário?

É comum nos defrontarmos com avaliações negativas e temerозas sobre o funcionamento dos sistemas políticos sulamericanos, normalmente caracterizados como frágeis e suscetíveis a lideranças personalistas. Mesmo com a consolidação de muitas democracias após longos períodos autoriários, a desconfiança sobre a vitalidade e qualidade das democracias latinoamericanas persiste. Dentro desse ambiente, os partidos políticos foram normalmente apontados como parte desse sistema de baixa qualidade que, em alguns casos, preserva traços de instabilidade: localistas, pouco programáticos, clientelistas, os partidos políticos apresentariam e reforçariam traços patológicos nas recentes democracias latino americanas.

O objetivo do presente artigo é olharmos o caso brasileiro empiricamente, em uma tentativa de compreender como têm se estruturado os principais partidos, criados ao longo da década de 80 e que, aparentemente, tem apresentado sinais de consolidação. Para isso, examinamos seus aspectos organizacionais a partir da distribuição territorial dos filiados e seu peso na estrutura partidária. O recorte será principalmente a questão dos filiados, em um olhar territorial. E como a distribuição e padrões dos filiados e diretórios dos partidos influenciam a sua principal motivação? Qual é a relação entre o esforço de construção de um determinado tipo de estrutura organizacional e os resultados eleitorais atingidos?

Diante dessa problemática em torno da relação entre as arenas organizacional e eleitoral dos partidos brasileiros, este artigo tem três objetivos. O primeiro é sistematizar o padrão territorial da organização dos partidos brasileiros mais relevantes, quando será criada uma tipologia com esses atores organizativos. Segundo, investigar a relação entre organização partidária e características gerais do sistema. Tercero, produzir hipóteses sobre relações causais entre organização partidária, estrutura do sistema e desempenho eleitoral. Para encaminhar esta análise dividimos este artigo em cinco seções. Na próxima seção será desenvolvido o argumento central,

quando também serão discutidas as categorias analíticas que fundamentarão a análise organizacional. Na terceira seção buscaremos sistematizar os testes empíricos voltados para a criação dos tipos de organização. Na quarta seção, será verificado o impacto dessa tipologia na estrutura do sistema partidário, ou seja, sobre o número de partidos, a fragmentação e competitividade. E, finalmente, na última seção desenvolvemos as considerações finais quando serão elecandas hipóteses sobre relaciones causales entre organización partidaria, estructura del sistema e desempenho eleitoral.

2. Organização Partidária e Competição Eleitoral: dimensões analíticas

A literatura sobre partidos políticos ampliou-se de forma considerável nos últimos dois séculos. No entanto, no que se refere à relação entre a estrutura territorial dos partidos e seu desempenho eleitoral, a produção é ainda escassa. Apesar de inúmeras referências e deduções nos mais importantes trabalhos, poucos foram os estudos que lidaram empiricamente com o tema. Possivelmente, trata-se de uma lacuna que pode ser explicada pelo peso que as variáveis organizacionais dos partidos tiveram na maior parte trabalhos recentes, principalmente, quando pensamos na interação com outras arenas de atuação dos partidos (a eleitoral e a governativa).

É possível organizar a produção a respeito do modo como organização e desempenho eleitoral foram tratados pela literatura a partir de duas linhas interpretativas. 1. a *hegemônica*, que lida com os partidos como funcionais às estratégias eleitorais dos atores; 2. a *clássica*, que apresenta os aspectos organizacionais como constrangedores e definidores do comportamento de partidos e candidatos na competição eleitoral. Trata-se de uma classificação que permite apresentar diferenças de peso explicativo de elementos organizacionais nos fenômenos eleitorais, mostrando um pouco de como a Ciência Política oscilou em relação ao tema ao longo do tempo.

Para uma parte significativa da literatura, que foi produzida a partir dos anos 80, os partidos brasileiros careceriam de sólida estrutura organizacional, não construindo qualquer enraizamento social e controle sobre seus membros. É importante localizar o argumento em um contexto de grande desconfiança de nossas

instituições revitalizadas no decorrer da democratização, em especial as regras eleitorais (lista aberta, federalismo, sistema proporcional). Esse tipo de interpretação é encontrado tanto em trabalhos temerosos quanto à estabilidade de nossa democracia (Lamounier, Meneguelo, 1986; Lamounier, 1992), quanto nos mais recentes que, mesmo admitindo a funcionalidade de nosso sistema, acabaram se voltando para patologias de nossa representação política (Mainwaring, 2011; Kinzo, 2004, 2005; Melo, 200X).

Como caracteriza Scott Mainwaring,

“Eles são máquinas eleitorais: controlam pouco os políticos; são mais ou menos disciplinados, desempenham um papel secundário nas campanhas; têm relativamente pouco controle sobre as filiações, sobre o que os políticos fazem e sobre quem é eleito. Os partidos brasileiros caracterizam-se por organizações frouxas, que permitem que os políticos atuem com desconsideração a regras e compromissos. Falta-lhes coesão; muitas vezes são as disputas locais entre ‘caciques’, e não as grandes questões políticas ou ideológicas, que determinam a filiação a um partido” (1999: 220) .

Esse diagnóstico é também observado em trabalhos que analisaram o Partido dos Trabalhadores (PT), ressaltando sua completa singularidade organizacional, uma excrescência na realidade partidária brasileira. Devido às suas especificidades no surgimento e na montagem organizacional, o PT é normalmente apresentado como um caso que foge da normalidade brasileira, caracterizada por uma fragilidade construída por políticos que desejam fortalecer a reputação pessoal em detrimento da reputação partidária. Como aponta Meneguelo, “quase a totalidade das organizações partidárias (...) carece de forte enraizamento social em sua formação, definindo um perfil organizacional frágil” (1989: 36).

É importante destacar a principal causa dessas fragilidades: *as instituições que regulam o sistema político brasileiro*. As organizações partidárias débeis resultariam de estratégias dos políticos dentro de um específico conjunto de regras, como, por exemplo, o sistema proporcional, o presidencialismo e a lista aberta. Para conquistarem cargos, dentro desse ambiente institucional, os políticos moldariam os partidos de maneira frágil, desenhando uma estrutura que permitisse a autonomia em campanhas eleitorais e na atividade parlamentar. É possível ver semelhanças com o argumento de autores da chamada “teoria da escolha racional”, que sustentam que

tanto o comportamento partidário de políticos (Cox, 1987) e eleitores (Mayhew, 1974) quanto os dispositivos internos de um partido (Aldrich, 1995), são produto de estratégias dentro de um conjunto de instituições eleitorais. Como afirma John Aldrich,

“The key point here is that (...) political parties are shaped as institutions by political actors, often in the same timeframe and by the actions of the same figures who are shaping legislation or other political outcomes. There are, that is, unusually ‘endogenous’ institutions, and therefore must keep in mind that the party institutions (or at least organizations) can be changed with greater rapidity and ease than virtually any other organization” (2006: 557)

Assim, uma significativa parte das considerações sobre os partidos brasileiros, acabou reduzindo a importância da estrutura organizacional como variável explicativa, considerando-a como fator de segunda ordem na análise dos fenômenos eleitorais. Essa constatação destoa das interpretações do início do século XX, encontradas nos estudos que inauguraram a investigação dos partidos, os clássicos trabalhos de Mosei Ostrogorsky (1912), Max Weber (1974), Robert Michels (1911), Maurice Duverger (1951). Trata-se de uma abordagem que chamaremos de “clássica” e que norteará nossas hipóteses a respeito do desempenho eleitoral dos partidos brasileiros.

Tais trabalhos citados buscavam a caracterização de organizações que enfrentavam a progressiva incorporação de setores da população ao sistema político a partir da extensão do sufrágio, que vivenciavam o processo de aumento da “inclusividade” nos sistemas políticos (Dahl, 1971). Assim, desde a segunda metade do século XIX, os partidos deixavam de ter contato apenas com uma pequena parcela da população e necessitavam se atentar para um público mais amplo, incentivando a transformação dos provisórios e frágeis conglomerados de notáveis para a montagem de uma sólida e permanente organização².

Além de ser um dos pioneiros, Duverger talvez tenha sido aquele que tenha produzido a mais completa obra sobre os partidos modernos, utilizada tanto em análises dos sistemas eleitorais quanto da estrutura dos partidos. Em *Partidos Políticos* (1951), o autor defende a importância do modo como um partido se origina e,

² Como aponta Max Weber, “Os orçamentos do partido crescem rapidamente, pois o custo das eleições e o número dos agitadores da folha de pagamento aumentam. Não é mais possível conquistar um distrito mais amplo ferozmente disputado sem gastar pelo menos vinte mil marcos (...). A máquina do partido cresce em importância e, proporcionalmente, declina a influência dos honoratários” (1974: 74).

principalmente, os mecanismos internos do período de origem que influenciarão todo o seu posterior desenvolvimento: “del mismo modo que los hombres conservan durante toda su vida la huella de su infancia, los partidos sufren profundamente la influencia de sus orígenes” (2004: 15).

O desempenho eleitoral, por exemplo, seria uma atividade profundamente influenciada pelo modo como se constituíram e se estruturaram os partidos políticos. Apesar de algumas referências, trata-se de uma tese pouco explorada pelo próprio autor francês e por toda gama de trabalhos que o sucederam, mas que será destacada e considerada a motivação teórica do presente artigo:

“En los partidos modernos, esta armazón alcanza una gran importancia; constituye el marco general de la actividad de los miembros, la forma impuesta a su solidaridad; determina los mecanismos de selección de los dirigentes y los poderes de éstos. *Explica a menudo la fuerza y la eficacia de algunos partidos, la debilidad y la influencia de los demás* [grifo nosso]” (2004:34).

É possível identificar ideias semelhantes nos trabalhos que tratam do desenvolvimento dos sistemas partidários europeus, que apontaram a existência de uma relação entre turbulências organizativas e modificações nas estratégias eleitorais. A partir de fatores exógenos (transformação da estrutura social, expansão dos meios de comunicação de massa) e endógenos (chegada dos partidos de massa ao poder), os antigos partidos de massa experimentam profundas transformações na estrutura organizacional, tal como a redução da quantidade de filiados, que alterou o modo a sobrevivência e o posicionamento do partido na competição eleitoral.

Esse é o grande tema de Otto Kirchheimer (1990), que vislumbra uma estreita relação entre estratégias eleitorais e as configurações internas de um partido político. A distribuição de poder interna, o papel dos filiados nas decisões, o modo como as campanhas passaram a ser feitas são elementos de grande transformação nos partidos. As teses sobre o “partido cartel” de Peter Mair e Richard Katz (19XX) também podem ser pensadas a partir de tal perspectiva, que vislumbram as transformações organizacionais (cada vez mais dependentes do Estado) como causadoras da mudança das estratégias nas elites políticas na arena eleitoral a partir da década de 80.

Na seminal obra de Angelo Panebianco (2005), há um acentuado esforço de investigação dos partidos a partir das teses organizacionais de Duverger. Muito próximo do que havia sido afirmado três décadas anteriores pelo autor francês,

Panebianco assim sustenta a influência da origem dos partidos no seu desenvolvimento posterior:

“O modo pelo qual se distribuem as cartas e os resultados das diversas partidas que se desenvolvem na fase genética de uma organização e nos momentos imediatamente seguintes continuam, em inúmeros casos, a condicionar a vida da organização após décadas” (2005: XVII).

Segundo Panebianco, essas escolhas iniciais influenciam não apenas a montagem organizativa, mas também no modo como essa estrutura se relaciona com o mundo externo. Embora lide exclusivamente com desenvolvimentos internos dos partidos, é possível transcender as afirmações de Panebianco e Duverger para além de seus esforços empíricos. O modo como a organização partidária se insere na competição por votos sofre também influência desses primeiros passos organizativos. Assim, compreender a atuação de um partido no ambiente eleitoral requer um estudo das dinâmicas internas que condicionam os “incentivos” oferecidos por lideranças aos eleitores.

Contudo, diferente da perspectiva evolucionista defendida por Duverger (1951) e Michels (1911) quanto às transformações dos partidos políticos, Panebianco rejeita a ideia de um desenvolvimento linear das organizações, sendo necessário se atentar para outros elementos externos que podem exercer alguma influência na vida partidária. Logo, segundo Panebianco, a direção da mudança dos partidos não está predeterminada, pois essas transformações podem seguir diversas direções, sem que exista um caminho único. A premissa defendida por Panebianco é a de que a maneira como uma organização se forma e se consolida (seu modelo originário e as peculiaridades de seu processo de institucionalização), os tipos de pressões que sofre dos ambientes onde atua e a maneira como essas pressões afetam as relações de poder intrapartidárias, são cruciais para identificarmos como se deu o processo de desenvolvimento da estrutura organizacional de um partido político.

O elemento territorial das organizações é tratado por Panebianco, que sustenta a existência de ao menos de três maneiras de ocupação do espaço nacional. A primeira delas é pela *penetração territorial*, ou seja, um “centro” controla e direciona a rede organizacional de onde parte para a ocupação das regiões periféricas. A segunda é a *difusão territorial*, ou seja, quando as elites locais iniciam a estruturação organizacional

por suas regiões e somente num segundo momento conformam um centro nacional. E, a terceira, é a combinação de ambas modalidades. Cada um desses aspectos organizacionais afeta de forma diferenciada tanto a composição da coalizão dominante quanto o formato e a estrutura de distribuição do poder entre as várias instâncias partidárias.

O interesse do presente artigo repousa nas pretensões da abordagem clássica, o que nos levará a inverter da ordem causal da abordagem hegemônica: pensaremos nos aspectos organizacionais influenciando as estratégias eleitorais. O trabalho chave é o de Panebianco, que nos servirá para a formulação de hipóteses relativas às características territoriais da estrutura organizacional e como isso pode se vincular com a distribuição de votos dos partidos brasileiros.

3. Evidências da difusão e organização territorial dos partidos brasileiros

O primeiro passo na análise da estrutura organizativa dos partidos no Brasil consiste em realizar um conjunto de procedimentos básicos de descrição e exploração de seu formato. Até o momento, poucos estudos se dedicaram a entender como evoluiu a difusão territorial e sua relação com o nível de filiação dos partidos de um ponto vista inclusivo.

Alguns trabalhos muito interessantes foram realizados para o caso do PT, partido considerado como exceção no sistema brasileiro e, portanto, especialmente estudado como tal (Samuels, 1997; Mainwaring, 2011, Meneguelo, 1989). Um dos mais destacados é o trabalho de Amaral(2011) ao revelar que o PT, ao assumir o governo, não deixou de ser permeável à participação da sociedade civil e à expansão de seus filiados. Além disso, o autor destaca que só a partir da primeira década do século XXI o partido foi capaz de estender sua cobertura territorial a todo o país.

Ademais, o estudo de Amaral revela a importância de dois indicadores em particular para identificar o padrão geral de evolução na organização dos partidos brasileiros desde a década de 1980. O primeiro deles corresponde à cobertura ou grau de penetração territorial. É formado pela proporção do total de municípios do país nos quais um determinado partido possui filiados ou organização própria. O segundo corresponde à densidade de filiação, expressada pelo número de filiado por mil

eleitores. Este último indicador mede não apenas se o partido encontra-se presente em uma localidade, mas também a importância relativa de cada município em termos da capacidade de mobilização.

A interação entre estes dois indicadores forma um espaço de propriedades que permite enquadrar a evolução dos partidos segundo três trajetórias possíveis (figura I). Cada trajetória seria explicada por um formato específico assumido pela associação entre cobertura territorial e densidade da filiação no tempo.

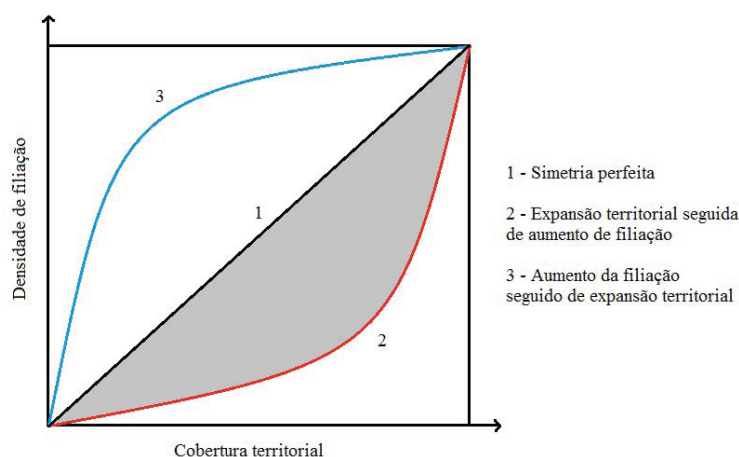
A primeira delas, *simétrica* ou *linear*, consistiria na relação direta na qual o aumento de X na cobertura territorial dos partidos representaria uma proporção idêntica da densidade de filiação. Esta relação também pode ser denominada linear, dado que seria representada por uma reta perfeitamente ajustada por um modelo de regressão linear simples. Portanto, os processos de nacionalização dos partidos e sua conversão a partidos de massa estariam em conexão direta. Sem a primeira não se observa a segunda e vice-versa.

As duas trajetórias seguintes, por sua vez, consideram que o desenvolvimento dos vínculos entre expansão territorial e partidos de massa não é direta nem lineal. De certo modo, tal relação é estabelecida a partir de duas etapas principais que variam segundo a precedência de cada uma das dimensões envolvidas: a cobertura ou a densidade de filiação.

A segunda, denominada *exponencial*, corresponderia a um aumento inicial da cobertura territorial (ou um ponto de partida no qual os partidos já nascem com níveis relativamente altos de cobertura territorial) quase na mesma proporção que o aumento dos filiados e, apenas posteriormente, apresentam resultados exponenciais na progressão da densidade de filiados³.

Figura I – Trajetórias hipotéticas da relação entre difusão territorial dos partidos e densidade a filiação

³ Considera-se aqui que a cobertura territorial é condição para explicar a expansão dos filiados, por essa razão, esta variável está localizada no eixo X do plano que explica as trajetórias típicas e é denominado exponencial. No caso de que a causalidade inversa fosse assumida, ou seja, o aumento da filiação explica a cobertura territorial, esta trajetória seria logarítmica. No entanto, como poderemos ver mais adiante, a evidência empírica entre 1988 e 2011 fornece evidências significativas a favor da precedência da cobertura territorial sobre a expansão da densidade de filiação no sistema político brasileiro.



Fonte: elaboração própria.

Talvez a principal consequência teórica desta trajetória se derive do fato de que seria necessário um nível mínimo ou teto de cobertura territorial para a expansão ou massificação dos partidos. Nesse sentido, os partidos deveriam alcançar um mínimo de nacionalização de sua estrutura organizacional antes de obter o estatuto de partido moderno de massas ou, de modo menos enfático, níveis mais altos de densidade de filiação que lhe permitissem competir a nível nacional.

A terceira trajetória, logarítmica (ou exponencial inversa), consiste no contrário da anterior. Neste caso, o aumento da filiação constituiria a condição prévia ou precedente para a nacionalização ou penetração territorial dos partidos. Uma parte importante dos estudos sobre o PT no Brasil explica a evolução do partido nesses termos, ou seja, primeiro uma concentração de uma base popular do partido em um conjunto pequeno de municípios, mas formado majoritariamente por grandes cidades e, depois, por uma expansão territorial do partido e sua efetiva nacionalização na década de 2000.

Finalmente, é importante explicar o que a área cinza (fig. I), denominada aqui como área de divergência, representa teoricamente. Esta área representa a distância total que um partido, em seu processo de desenvolvimento institucional, distanciou-se da condição ideal ou linear – formada pela suposição de que a maior cobertura territorial tanto maior será sua densidade de filiação ou massificação. Neste sentido, partidos cuja evolução foi em etapas – ou seja, com um primeiro movimento de expansão territorial seguido depois por uma expansão exponencial dos filiados – tenderiam a apresentar uma área de divergência mais extensa que outros nos quais a relação é mais linear ou simétrica.

Antes de passar à análise da relação entre as duas dimensões, é interessante examinar a evolução de cada um dos indicadores com o objetivo de identificar padrões de evolução ao longo do período compreendido entre 1989 – ano da primeira eleição direta à presidente – e 2010, em que foi realizada a última eleição nacional.

A tabela I fornece as informações sobre a evolução das filiações de 1989 a 2010 para os partidos brasileiros. O primeiro dado relevante encontra-se no fato de que todos os partidos aumentaram a densidade de filiação, medida pelo número de filiados por mil eleitores. Em 1989, somente o PMDB apresentava uma proporção de filiados superior a 10 por cada mil e era seguido de muito longe pelos outros partidos. No final do período, observa-se a multiplicação do número de filiados por mil habitantes, o que consiste em uma sólida evidência de uma maior densidade na penetração dos partidos e do sistema partidário brasileiro de forma mais geral.

Tabela I: Número de filiados por mil eleitores (1989-2010).

	1989	1994	1998	2002	2006	2010
PMDB	11.36	12.84	14.44	16.30	18.20	18.49
PT	2.83	3.70	5.25	7.33	10.23	11.97
PSDB	1.18	3.74	6.38	8.38	10.30	11.14
PP	2.61	5.35	7.95	9.33	9.96	10.03
PTB	2.60	4.03	6.24	8.09	9.18	9.58
PDT	3.97	5.75	6.80	7.63	8.80	9.47
DEM	3.07	4.00	5.73	7.92	8.87	9.06
Outros	0.16	0.48	0.40	0.62	0.78	1.16

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

Outro aspecto que merece ser destacado é que o ritmo de crescimento foi mais rápido durante a década de 1990 que na seguinte, ainda que o movimento de expansão não foi interrompido durante todo o período analisado. Ao comparar os dados de 1989 e 2002, pode-se observar que os partidos, em média, triplicaram sua densidade de filiação. O caso mais extremo é o do PSDB que aumentou 7.1 vezes o número de seus filiados por grupo de mil eleitores. Entre 2002 e 2010 este movimento de expansão continuou o seu curso, mas com níveis menores que representam em média 33% de aumento no período.

Um comportamento semelhante pode ser observado com relação à cobertura territorial dos partidos em termos de filiação (tabela II). A tendência geral, como pode-se ver, é a do aumento progressivo da filiação em todos os partidos durante o período

entre 1989 e 2010. Como no caso da densidade de filiação, a cobertura territorial também aumentou de forma significativa e para todos os partidos.

Tabela II: Cobertura territorial da filiação dos partidos (1989-2010).

	1989	1994	1998	2002	2006	2010
DEM	0.727	0.810	0.886	0.928	0.938	0.942
PDT	0.603	0.724	0.824	0.875	0.928	0.952
PMDB	0.917	0.950	0.983	0.993	0.998	0.999
PP	0.617	0.789	0.903	0.942	0.975	0.980
PSDB	0.371	0.734	0.911	0.950	0.979	0.986
PT	0.598	0.712	0.814	0.905	0.980	0.990
PTB	0.523	0.696	0.845	0.920	0.971	0.975
Outros	0.025	0.062	0.168	0.243	0.328	0.433

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE.

A principal diferença, no entanto, encontra-se entre os partidos considerados grandes em termos de filiação e os outros partidos. Enquanto que os primeiros já iniciaram o período (1989) com níveis relativamente elevados de cobertura territorial (com a exceção do PSDB), os últimos apenas podiam organizar-se em poucos municípios.

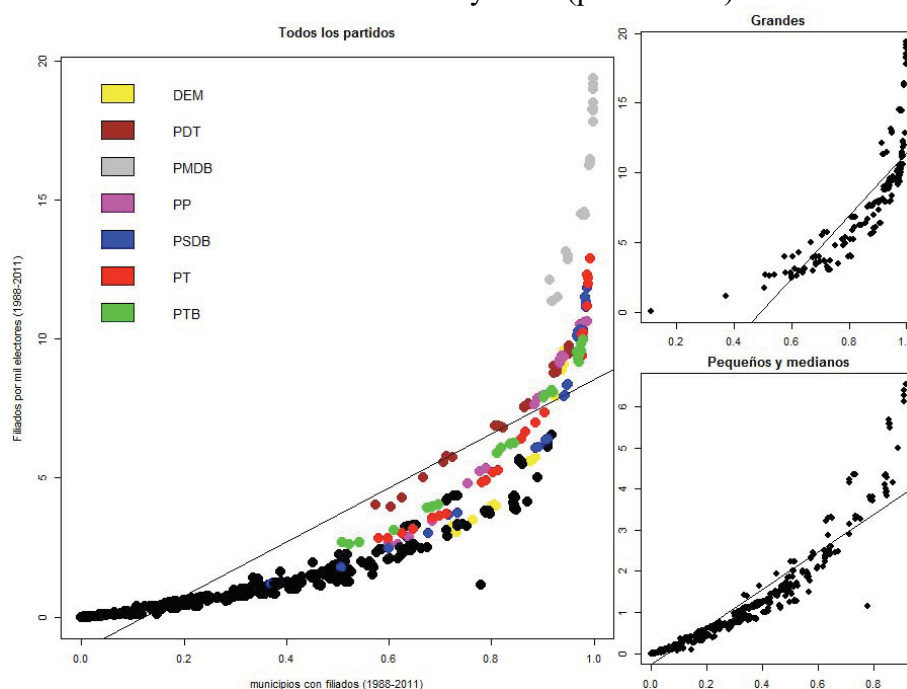
Ao dividir a progressão em décadas também observa-se que a principal expansão ocorreu durante a década 1990, que correspondeu a uma média de 59% para os grandes partidos e 9.7 vezes com relação aos pequenos. A segunda seção (2002-2010) representou uma expansão pequena dos grandes (média de 5%), em grande medida justificada pela já alta cobertura territorial alcançada até 2002. Os pequenos partidos, no entanto, continuaram aumentando sua cobertura territorial em 78%, conduzindo a um movimento de convergência geral do sistema (ainda que existam diferenças importantes como se argumentará mais abaixo).

O exame destes dois indicadores revela uma tendência clara de consolidação dos partidos tanto em termos de sua penetração social como enquanto à cobertura territorial. Tal tendência é sistemática por duas razões: (a) observa-se para todos os partidos; e (b) é progressiva no tempo, ou seja, não apresenta regressão ou movimento de reversão frente ao ponto inicial (1989).

No entanto, estas tabelas dizem muito pouco sobre o formato da relação entre essas duas dimensões: densidade da filiação e expansão territorial dos partidos. Como se poderá ver na figura II, existem duas trajetórias distintas para os partidos pequenos ou

médios⁴. Os partidos grandes caracterizam-se pelo fato de que: (a) já possuíam grande cobertura territorial no momento da redemocratização (PMDB); ou (b) ganharam rapidamente terreno nos primeiros anos (PT e PSDB); (c) apresentam um formato de evolução exponencial. Nos primeiros anos, expandiram sua cobertura territorial e, depois, utilizaram tais bases como ponte para consolidar e ampliar suas bases eleitorais e de militância local.

Figura II – Relação entre cobertura territorial e filiados por mil eleitores nos municípios brasileiros entre 1988 y 2011 (partido-ano).



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do TSE (1988-2011).

Os partidos pequenos (representados em negro no gráfico e no quadro inferior a direita), por sua vez, apresentaram um comportamento muito mais linear em sua evolução. Como pode ser observado na figura II, ao longo do período foram capazes de expandir sua cobertura territorial em uma razão bastante pequena e uma progressão linear com relação à filiação.

Ainda que a relação não tenha sido 1x1 entre os dois indicadores, seu comportamento não mudou em um momento específico no tempo, como ocorreu para o caso dos grandes partidos. Os casos que mais se parecem a um formato mais próximo

⁴ Para evitar equívocos de interpretação dos resultados, é importante destacar que, no presente trabalho, a diferença entre partidos grandes, médios e pequenos é feita com relação ao número de filiados e sem considerar sua representatividade no congresso nacional. No caso de que sua representatividade legislativa nacional fosse considerada, alguns dos partidos considerados aqui como grandes teriam que ser reclassificados como médios como é o caso do PDT, PP ou do PTB.

ao dos grandes partidos são os médios (PSB, PPS, PR) que aumentaram sua cobertura territorial e que talvez possam formar um terceiro grupo, mas que, de qualquer modo, apresentam o mesmo comportamento identificado pelo modelo descrito na figura I.

Surpreendentemente, nenhum caso foi identificado para a terceira trajetória (logarítmica), ou seja, não houve nenhum partido cuja trajetória de evolução institucional tenha sido realizada por meio de um processo de massificação dos filiados e, depois, de sua interiorização ou de que tenham partido de um nível alto de filiação para só depois expandir sua cobertura territorial. Em grande medida isso pode ser justificado pelo fato de que a evolução dos filiados foi medida em termos relativos, ou seja, controlando-a pelo total de eleitores. No entanto, o argumento teórico de que a expansão territorial seria uma condição para a posterior massificação parece ser mais forte.

No entanto, a inspeção visual dos casos não constitui evidência empírica suficiente para estabelecer tal relação de modo mais convincente. Uma alternativa para medir as diferenças entre as trajetórias dos partidos seria tentar medir o tamanho da área de divergência de cada partido frente à situação de simetria perfeita.

Uma solução inicial que permite avaliar a hipótese de diferenças qualitativas entre partidos pequenos/médios e grandes no sistema político brasileiro é considerar o tamanho da área de divergência com relação à situação linear. Este procedimento pode ser realizado pela soma dos quadrados dos resíduos de uma regressão linear simples na qual a variável dependente é o número de filiados por mil eleitores e a independente corresponde à cobertura territorial dos partidos.

Este indicador aproximado fornece mais uma evidência de trajetórias distintas entre os partidos grandes e pequenos/médios. Como pode ser observado na tabela III, os quatro maiores partidos possuem resíduos muito superiores aos outros, em particular que os partidos pequenos.

Outro elemento de especial interesse nos resultados observados é que estes indicam tanto que o PSDB e o PT como os partidos em que a trajetória exponencial foi a mais acentuada. Estes dados encontram-se em completa consonância com os estudos recentes que apontam para uma hegemonia destes dois partidos nas coalizões para as eleições presidenciais e sobre a importância de sua estratégia territorial como foco de seu sucesso eleitoral a nível nacional.

Tabela III: Resíduos da densidad de filiados (1989-2011)

Grandes partidos		Médios e pequenos	
Partido	Resíduos	Partido	Resíduos
PSDB	66.08	PSB	2.23
PT	29.88	PR	1.72
PMDB	25.86	PPS	1.49
DEM	13.57	PSC	0.45
PTB	6.97	PV	0.45
PP	3.14	PC do B	0.30
PDT	2.41	Outros	< 0.30

Fonte: TSE (1989-2010).

Do ponto de vista das trajetórias, os dados da tabela III sugerem a existência de um terceiro grupo composto por alguns dos partidos maiores (PDT, PP e PTB) e por outros médios (PPS, PR e PSB) que efetivamente se situam num ponto intermediário, ou seja, que alcançaram um nível relativamente alto de cobertura territorial da filiação e que começa a expandir rapidamente a densidade de seus filiados.

A questão formulada por tal interpretação seria: tais partidos estariam em um processo de transição a um modelo de partidos nacionais ou constituem uma categoria intermediária de carácter mais institucionalizado? Ou seja, até que ponto a posição de tais partidos é temporal ou mais fixa no tempo? O aumento da filiação nos partidos maiores constituiria alguma limitação a estes partidos intermediários?

Mais que dar uma resposta definitiva a esta questão, o que se deseja destacar aqui é a utilidade do emprego do modelo de análise proposto na figura I para entender a evolução recente dos partidos políticos brasileiros em termos de sua cobertura territorial e o aumento de sua penetração no eleitorado.

O que se deseja reiterar nesta parte do trabalho é que tanto a expansão da cobertura territorial como a tendência ao aumento da filiação correspondem a características gerais do sistema partidário brasileiro desde a década de 1980. No entanto, observam-se dois padrões distintos de expansão: a penetração territorial e o aumento da densidade de filiações.

A penetração territorial consiste no aumento dos municípios nos quais um partido possui filiados ou organização. Esforços no sentido de maior penetração territorial visam aumentar a cobertura geográfica da atuação de um partido e, portanto, estabelecer bases mínimas para sua atuação em um território mais amplo.

Esta estratégia é a que os pequenos partidos adotaram. Incapazes de converter-se em partidos de massa, optaram por aumentar sua cobertura territorial como condição prévia para o aumento de sua penetração social e uma maior densidade das filiações. No entanto, como pode ser visto mais adiante, isso será feito por meio de organizações de caráter provisório e institucionalmente frágil, enquanto que os principais partidos optam por maior institucionalidade em sua organização.

O aumento da densidade das filiações constitui uma característica dos grandes partidos (DEM, PDT, PMDB, PP, PSDB, PT e PTB), ainda que também se observe em menor grau nos outros. Os primeiros, ao alcançar determinado nível de cobertura territorial, aumentam significativa e exponencialmente a proporção de filiados no total do eleitorado.

Portanto, a existência de padrões sistemáticos tanto para a evolução dos grandes e pequenos partidos questiona o sentido comum estabelecido sobre o tema que defende uma desorganização estrutural dos partidos. Ainda que este argumento possa ser válido para a organização interna de alguns partidos, observa-se que existem outros elementos institucionais em jogo que geram um padrão visivelmente estável quando se considera o sistema como um todo.

Entre tais aspectos institucionais, destaca-se a relativa preservação das regras do jogo eleitoral, que conferiu previsibilidade ao sistema político como um todo. Outro elemento crucial refere-se ao papel estruturador das eleições presidenciais, ampliado com a vinculação das eleições nacionais e estaduais tanto para o executivo como para o legislativo a partir de 1994.

De acordo com Carey e Shugart (1992) a simultaneidade de tais eleições em contextos presidenciais, como o brasileiro, tende a contribuir para a redução da fragmentação partidária e, por conseguinte, a concentrar o sistema ao redor dos partidos mais relevantes. Isto aconteceria como consequência das estratégias de coordenação eleitoral desenvolvidas, por um lado, pelas lideranças partidárias e, por outro, pelos eleitores.

Além disso, a lei eleitoral exige que os partidos contem com uma base organizativa em todo o país. Tal determinação, ao estabelecer que os partidos devem estar organizados formalmente em ao menos 1/3 dos estados brasileiros para poder participar do processo eleitoral estimula a competição entre os partidos de perfil ideológico semelhante e a cooperação em coligações eleitorais heterogêneas. O objetivo de tal estratégia seria o de ampliar (no caso dos partidos pequenos) ou de manter (nos

grandes) sua base nacional. Aspecto este que também ajudou na sobrevivência de partidos pequenos e médios.

Finalmente, outro elemento institucional importante que contribuiu para a maior homogeneidade territorial do sistema de partidos brasileiro (e sua relativa estabilidade) encontra-se relacionado com o dispositivo da reeleição. A partir de 1997, todos os políticos eleitos para cargos executivos passaram a ter o direito de apresentar-se novamente às eleições. A experiência administrativa bem avaliada pelos eleitores também se converteu, portanto, em uma estratégia territorial dos partidos que viram as reeleições como uma possibilidade da consolidação dos partidos nos três níveis de governo.

Nesse sentido, parece existir um processo similar ao que Panebianco denomina como *penetração territorial*. No entanto, com uma diferença fundamental. Enquanto que o autor atribui a iniciativa da penetração territorial predominantemente às elites que se encontram no centro do partido, o caso brasileiro parece demonstrar que as regras institucionais externas também desempenham um papel decisivo para explicar o fenômeno de semelhança no padrão de expansão territorial e de filiados dos partidos.

Como foi mencionado, a existência de regras nacionais relativas à filiação, manutenção do cadastro de filiados em uma mesma organização eleitoral⁵, a sincronia nacional das eleições de um mesmo tipo, constituem elementos centrais que justificam o comportamento sistemático dos partidos em termos de sua estrutura de organização e expansão territorial.

Estes elementos também explicariam o fato de que, ainda que internamente alguns partidos possam ser fragmentados e desorganizados, o sistema partidário como um todo possui mecanismos de autorregulação que incentivam a adoção de um comportamento comum e sistemático.

Como seria de esperar, também é estreita a relação entre a cobertura territorial da filiação e da organização dos partidos. Como pode ser visto na figura III, para todos os partidos, existe uma relação quase perfeitamente linear entre a proporção de municípios nos quais um partido possui ao menos 1 filiado e o número de localidades nas quais existe um diretório ou outro tipo de organização partidária de caráter formal.

⁵ Cabe ressaltar que, ainda que os filiados devam estar registrados nos seus municípios de residência e seja os partidos os que decidam as regras pelas quais cada cidadão possa filiar-se ao partido, o fato de que exista um registro nacional de filiados, disponível publicamente pelo Tribunal Superior Eleitoral, constitui uma evidência adicional de certa capacidade de controle, regulação e supervisão pelo nível central.

(variando segundo o partido) e exigem a realização de uma convenção municipal para sua homologação. As comissões provisórias, por sua vez, são instituídas pela iniciativa da direção estadual do partido e possuem somente uma curta duração (90 dias, no final dos quais é necessário realizar uma convenção para homologá-la como um diretório).

Nesse sentido, a predominância dos diretórios sobre as comissões provisórias, particularmente no PT, PMDB, e em menor grau no PSDB e pequenos partidos de esquerda – como por exemplo o PC do B – constitui o resultado de exigências estatutárias restritivas, mas também mais duradouras e do controle sistemático e democrático dos membros, que obrigam à realização de convenções municipais, fortalecendo os órgãos decisórios do partido a nível local.

Ademais, nos diretórios, exige-se uma maior participação ativa dos filiados tanto daqueles que somente fazem parte das eleições internas a cada 2 anos, como dos que deverão dirigir a organização, sendo alguns deles profissionais e recebendo uma remuneração para desenvolver tais tarefas organizativas. Nesse sentido, os diretórios constituem o tipo mais institucionalizado e formalmente democrático de organismo partidário no sistema político brasileiro.

No caso das comissões provisórias – como acontece nos casos de DEM, PP, PTB, PDT e da maior parte dos pequenos partidos de direita – as lideranças partidárias intervêm quando querem e retiram ou mantêm nos cargos diretivos locais aqueles filiados que se encontram mais de acordo com as suas linhas ou conveniências políticas. Esta estratégia fortalece uma estrutura de partidos de “barões” na qual figuras nacionais ou regionais controlam o partido desde “cima”.

Tabela IV: Indicadores da organização territorial dos partidos (2011).

Partido	Total	Diretório	Com. Prov.*	% dir**	% municípios
PT	5325	4221	1104	79.3	95.7
PMDB	5262	3454	1808	65.6	94.5
PSDB	4930	2395	2535	48.6	88.6
PP	4791	1015	3776	21.2	86.1
PTB	4561	27	4534	0.6	81.9
DEM	4479	1081	3398	24.1	80.5
PDT	4447	890	3557	20.0	79.9
PR	4395	38	4357	0.9	79.0
PSB	4160	473	3687	11.4	74.7
PSD	4060	285	3775	7.0	72.9
PSC	3563	65	3498	1.8	64.0
PPS	3420	496	2924	14.5	61.4
PV	3376	48	3328	1.4	60.7

PRB	2975	6	2969	0.2	53.4
PSL	2449	234	2215	9.6	44.0
PC do B	2415	802	1613	33.2	43.4
PHS	2055	350	1705	17.0	36.9
PRP	2047	73	1974	3.6	36.8
PT do B	1982	197	1785	9.9	35.6
PMN	1930	49	1881	2.5	34.7
PTN	1876	21	1855	1.1	33.7
PRTB	1836	11	1825	0.6	33.0
PTC	1761	35	1726	2.0	31.6
PSDC	1535	92	1443	6.0	27.6
PSOL	491	109	382	22.2	8.8
PCB	177	9	168	5.1	3.2
PSTU	63	21	42	33.3	1.1
PCO	46	16	30	34.8	0.8

Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2011).

* Número de comissões provisórias.

** Porcentagem de diretórios no total de organismos partidários a nível local.

Os dados da tabela IV confirmam que o PT, seguido pelo PMDB constituem os partidos com as estruturas organizacionais mais sólidas. Em particular, destaca-se o fato de que mais de 50% das instituições organizativas destes dois partidos formam-se por diretórios. O PSDB encontra-se no limite, com uma porcentagem de 48,6%.

Outro elemento que merece destaque é o caráter ideológico associado a maior organização. Os pequenos partidos de esquerda (PC do B, PSOL, PCO e PSTU) tendem a apresentar menor cobertura territorial geral, mas, distintamente dos outros partidos pequenos, optam por institucionalizar a sua ação por meio da criação de diretórios. Todos estes partidos apresentam mais de 20% de suas organizações como diretórios.

Os partidos de direita revelam-se muito menos organizados nesse sentido. Em sua maior parte, as organizações são constituídas por comissões provisórias e o espaço dos diretórios é muito reduzido e restrito somente às cidades consideradas chave por sua população ou importância política para o partido. O fato que chama mais a atenção é que a baixa incidência de diretórios é comum tanto para grandes, médios e pequenos partidos de direita. O caso extremo é o do PTB, que consiste em um dos mais extensos em cobertura territorial da organização (em 4561 localidades), mas com diretórios em somente 27 municípios (0,6% do total).

4. Perfil organizativo dos principais partidos no nível local

Uma vez realizada a análise exploratória do comportamento territorial dos partidos a nível nacional, o propósito desta parte do trabalho consiste em analisar os perfis da filiação e organização territorial dos partidos desde uma perspectiva mais desagregada. O objetivo é avaliar como filiações e organização estão distribuídas a nível local, identificar potenciais padrões espaciais e verificar sua relação com outros elementos de interesse como as candidaturas ou votos. Por esta razão, utilizar-se-ão os municípios como unidade de observação para investigar os padrões espaciais nos níveis de filiação, organismos partidários e candidaturas.

Em particular, será enfatizada a análise dos dados de filiação e organização e seu impacto sobre os votos e o desempenho dos candidatos a deputado federal. A eleição de deputados federais justifica-se com base no facto de que é um cargo nacional, mas disputado regionalmente (nos estados) e cada partido pode apresentar mais de um candidato, dado que os distritos são multinominais (de 8 a 70 cadeiras). Estas características permitem avaliar o grau de competência entre candidatos do mesmo partido pelas vagas, os níveis de penetração dos candidatos e o impacto da organização ou filiação local nos resultados obtidos pelo partido em eleições para cargos nacionais.

O primeiro indicador que se deseja examinar aqui é a evolução do número de filiados por mil eleitores entre 1994 e 2010. Em particular, deseja-se saber se durante este período foi observado alguma mudança territorial clara na densidade de filiação dos principais partidos ou se o padrão predominante foi homogêneo.

O mapa I apresenta resultados bastante interessantes desde a perspectiva da concentração territorial dos principais partidos. No momento inicial da análise (1994), a maioria deles apresentava níveis relativamente baixos de filiação, com números inferiores a 5 filiados por 1.000 eleitores. Nos municípios pequenos esta fração (de 5 filiados) representaria um número absoluto ínfimo e pode ser considerada bastante baixa, inclusive para cidades médias e grandes.

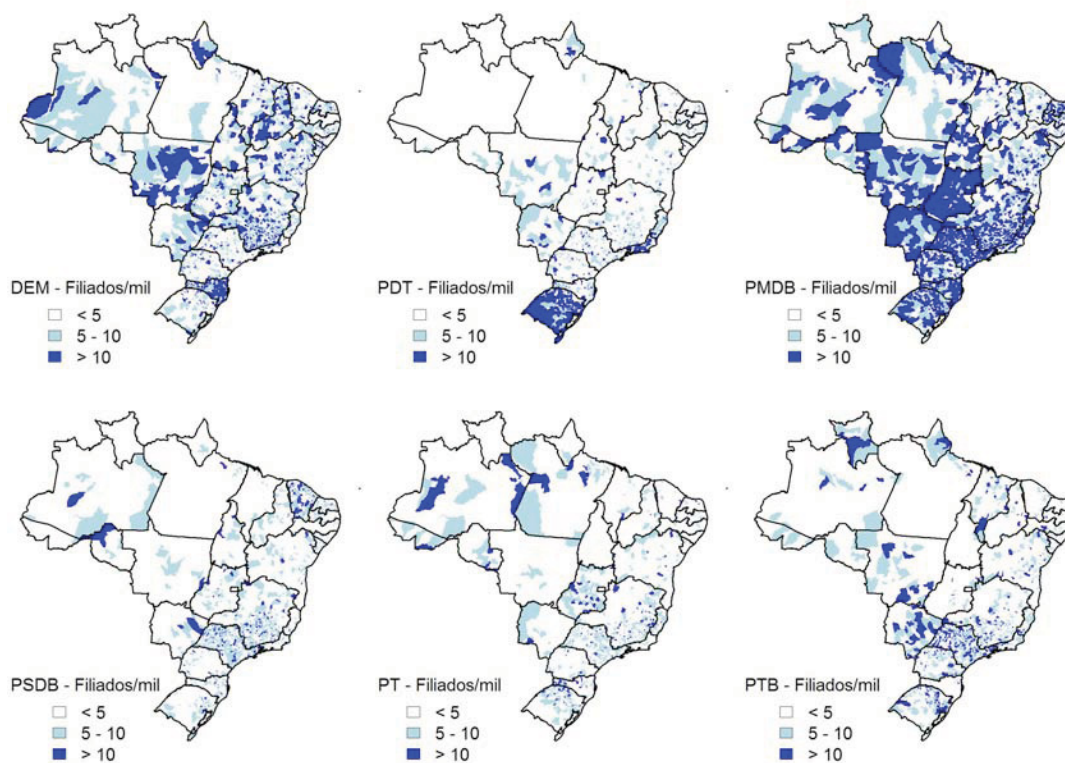
Tais níveis baixos de filiação só são superados em alguns casos como o do PMDB, que desde a transição à democracia configurou-se como o principal partido local no sistema partidário brasileiro. Ainda assim, verifica-se que este último partido teve suas bases de militância concentradas no Centro-Sul do país e alguns pontos específicos da região Nordeste, com escassa penetração no Norte e em alguns estados do Centro-Oeste do país.

O DEM, antigo PFL, principal partido da direita, consistia no segundo com maior densidade de filiados, ainda que com penetração variada nos estados e regiões.

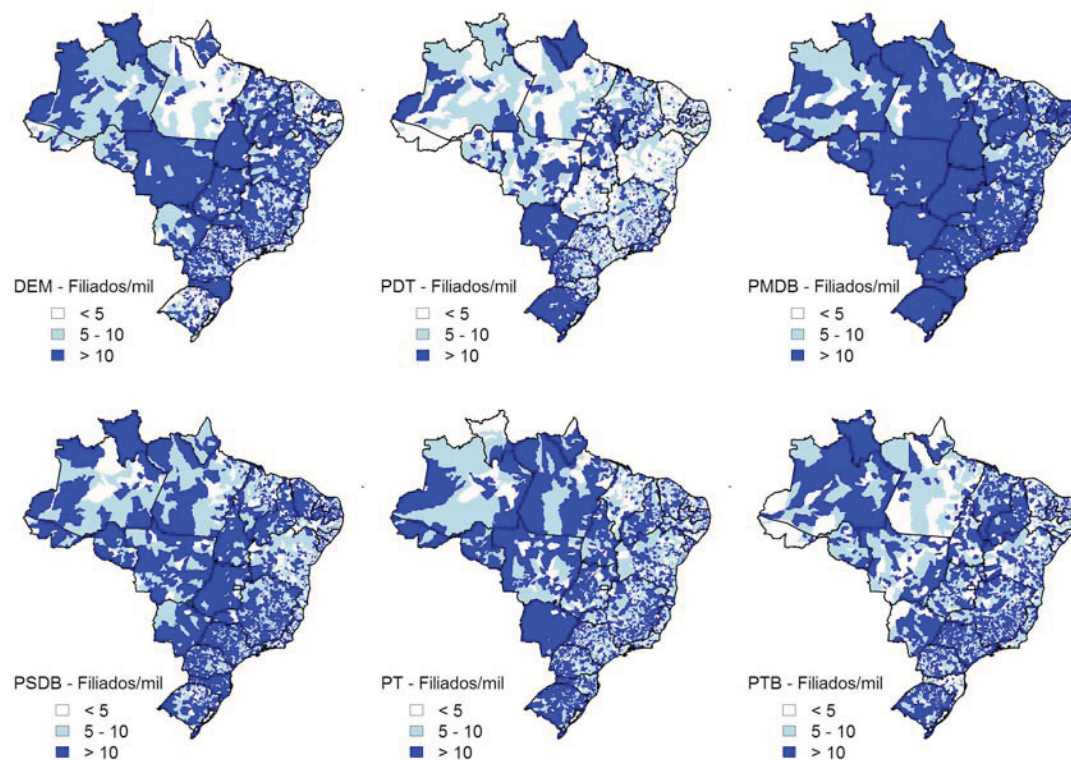
Em particular, destacam-se os estados de Santa Catarina, Mato Grosso e sul de Minas Gerais ao mesmo tempo que surpreendem os baixos níveis de filiação na Bahia e no Nordeste em geral, enclave eleitoral histórico do partido.

O PDT revela uma concentração de filiados nos dois estados que condicionaram fortemente seus primeiros anos: Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. A figura de Leonel Brizola (que foi governador de ambos estados pelo mesmo partido) constitui um elemento representativo dessa maior incidência de filiados nos dois estados. O mesmo padrão é observado para os outros partidos, que neste primeiro momento ainda encontram-se condicionados à suas origens e limitações organizativas inaugurais.

Mapa I – Filiados por mil eleitores dos principais partidos
a) 1994



b) 2010



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (1994-2010).

O quadro observado em 2010, no entanto, revela uma mudança bastante significativa na distribuição territorial de tais partidos. O fato mais evidente é que aumenta a densidade de filiação em todos eles. De uma imensa maioria de municípios como menos de 5 filiados por mil eleitores em 1994 (com a exceção do PMDB), expandem significativamente os níveis de filiação em 2010.

Além disso, este fenômeno é observado em todo o território nacional, o que confirma as evidências anteriores de uma maior cobertura territorial dos partidos associada ao aumento da densidade da filiação. Ainda que em alguns casos existe certa concentração regional (em especial no Centro-Sul), como é o caso do PDT, a expansão territorial da filiação é evidente.

A combinação desses dois elementos: aumento da densidade de filiação entre 1994 e 2010 e o fato de que isto acontecesse em todo o território nacional para a maior parte dos grandes partidos constitui mais uma evidência da associação entre esses dois indicadores como elementos centrais para explicar o comportamento sistemático dos partidos brasileiros enquanto à sua organização.

Outro elemento fundamental que é extraído de tais informações é o fato de que os partidos se encontram mais próximos do eleitorado e expandiram sua capacidade de mobilização social. Talvez os níveis não sejam o suficientemente altos para que se celebre uma mudança radical no limitado enraizamento social que a maior parte dos partidos brasileiros apresentaram historicamente, mas constitui um claro sinal de maior aproximação e penetração social.

Um estudo mais abrangente da relação dos partidos com os movimentos sociais (além do PT) em especial nas comunidades poderia revelar algumas tendências de mudança ou processos de maior “inclusividade” social que dificilmente poderão ser explicados de uma perspectiva quantitativa como a adotada neste trabalho.

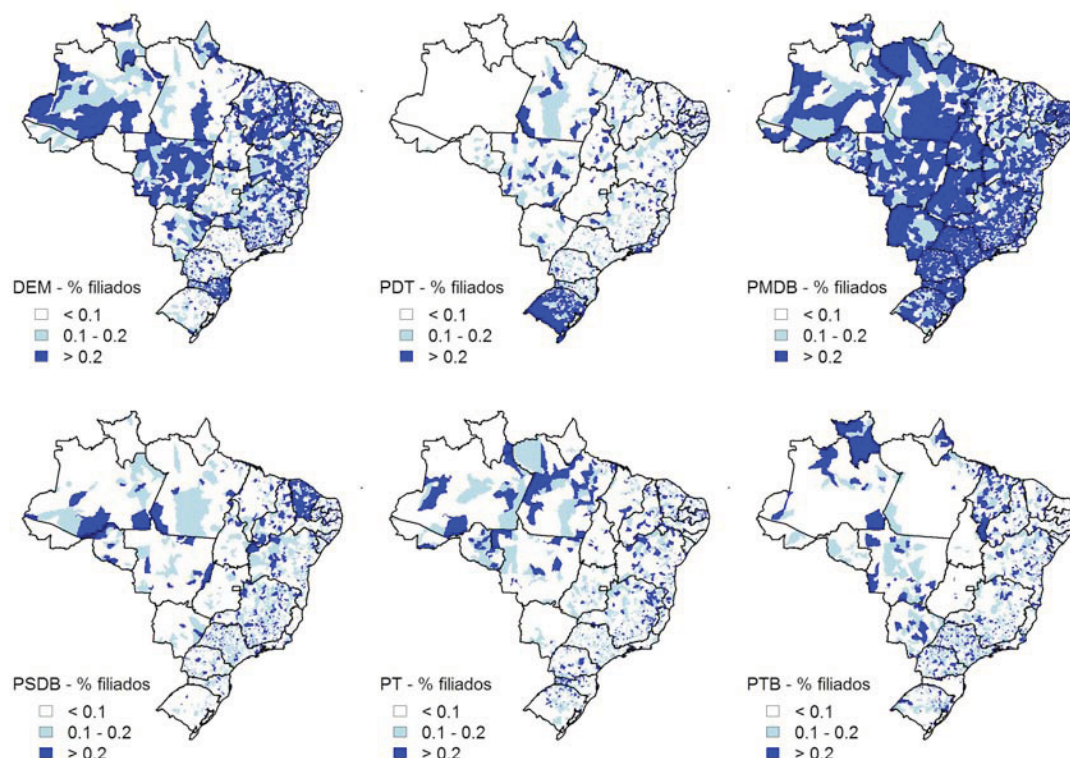
Quando se passa ao exame da porcentagem que cada partido possui do total de filiados em cada município, o quadro é bastante distinto do anterior (mapa II). Ainda que os grandes partidos tenham aumentado a densidade de filiação em todo o país, o PMDB revela-se como o partido com a maior proporção de municípios em que possui mais de 20% do total de filiados.

Nesse sentido, o PMDB representa sólidas bases locais de filiação que lhe tornam capaz de manter uma cobertura territorial predominante na maior parte do país. Talvez esta seja uma das principais razões do sólido e constante desempenho do partido nas eleições para deputado federal e senador (sem contar as eleições municipais), mesmo com a existência de profundas divergências entre diferentes correntes no interior do partido.

Ainda que o PMDB tenha sido até 2010 o maior partido parlamentar na câmara dos deputados e continue sendo no Senado, é surpreendente o fato de que o partido não tenha podido converter tal vantagem em votos presidenciais. Só o PSDB e o PT foram capazes de liderar coligações partidárias o suficientemente fortes para ganhar eleições a presidente. Uma explicação possível seria que, ainda que o PMDB possua a organização local mais sólida, esta última não é uma condição suficiente para ganhar a presidência.

O segundo partido em termos de dominância da filiação é o DEM que – apesar de seu recente declínio político nas últimas eleições e a perda de muitas cadeiras no legislativo federal – revela-se com uma proporção relativamente importante de filiados em muitos municípios do Nordeste e parte das regiões Norte, Centro-Oeste, Sudeste (Minas Gerais) e Sul (em particular Santa Catarina).

com relação ao total de filiados em cada município (2010).



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Como no mapa I, os outros partidos apresentam uma concentração territorial do percentual de filiados em alguns estados específicos. O PDT em seus estados de origem e base histórica: Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. O PSDB no Ceará, enquanto que o PTB em Roraima e o PT sem um padrão claro de concentração espacial.

Como pode ser observado na tabela IV, 14 dos 28 partidos estudados possuem algum tipo de organização partidária em mais da metade dos municípios brasileiros. No entanto, a maior parte está formada por comissões provisórias, algo que pelo seu próprio nome revela o caráter temporário e pouco institucionalizado de tais organismos.

Um esforço que talvez seja mais revelador consiste em tentar conhecer aqueles municípios em que se observa o maior número de diretórios partidários. O fato de que vários partidos se esforcem para construir uma base organizacional mais sólida em um mesmo município constitui um sinal de que este município pode representar alguma vantagem eleitoral ou política importante e que, portanto, é razoável que os partidos invistam recursos para criar uma base mais institucionalizada nestes lugares.

O mapa III representa aqueles municípios que possuem quatro ou mais diretórios locais dos seis principais partidos representados nos mapas anteriores. Utilizam-se dois métodos para representar os focos de concentração organizativa dos partidos. O

primeiro consiste em gerar um mapa de densidade de pontos daqueles municípios que possuem diretórios de quatro partidos estão representados por um quadrado, os com cinco por um triângulo e os com seis por um círculo. O segundo trata de estabelecer zonas centrais ou núcleos (*kernel*, em inglês) nos quais se concentram particularmente tais municípios.

A análise conjunta dos dois mapas revela que, na medida em que aumenta o número de diretórios, o número de municípios é reduzido significativamente e fica clara uma concentração territorial em três focos regionais. Os quadrados encontram-se muito mais dispersos e em maior número que os outros. Os triângulos estão mais concentrados, ainda que com uma distribuição similar à do grupo anterior e os círculos concentram-se em pontos específicos, mas com um enfoque territorial no Rio Grande do Sul.

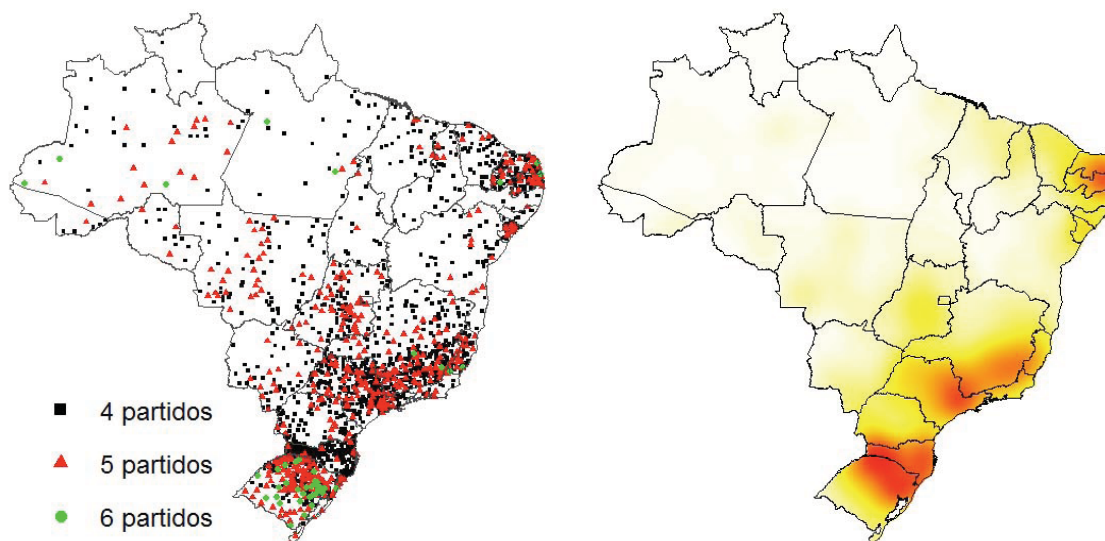
Isto conduz ao segundo aspecto de interesse que consiste na concentração dos pontos em algumas regiões particulares do território brasileiro. Destacam-se três *clusters* territoriais dos municípios em que se observa a coincidência de diretórios dos seis principais partidos. O mais importante deles encontra-se no estado do Rio Grande do Sul onde existe uma acentuada concentração os três grupos. O segundo *cluster* está localizado na região que compreende o estado de São Paulo, a parte sul e leste de Minas Gerais e o Espírito Santo. Finalmente, verifica-se um *cluster* nordestino, especialmente importante nos estados de Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.

As zonas mais escuras ou de intensidade mais acentuada no mapa IIIb refletem, portanto, uma maior concentração de municípios com pelo menos quatro diretórios partidários municipais. Na medida que a distância a estes três focos de concentração aumenta, a intensidade da cor diminui até perder totalmente o significado.

Mapa III – Municípios com quatro ou mais partidos com diretórios locais (2011)

(a) *Densidade de pontos*

(b) *Densidade de Kernel*



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2011).

Por outro lado, estes padrões de pontos em forma de *clusters* revelam as localidades nas quais existe uma maior disputa eleitoral entre diversos partidos. No Nordeste, algumas forças regionais como o PSB ou o PPS possuem forte penetração, o que dificulta um maior sucesso eleitoral dos grandes partidos. No Rio Grande do Sul, observa-se o reduto de vários partidos como o PDT, o PP e o PT, ainda que também façam parte das disputas o PMDB e o PSDB que foram capazes de obter o governo do estado em algumas ocasiões.

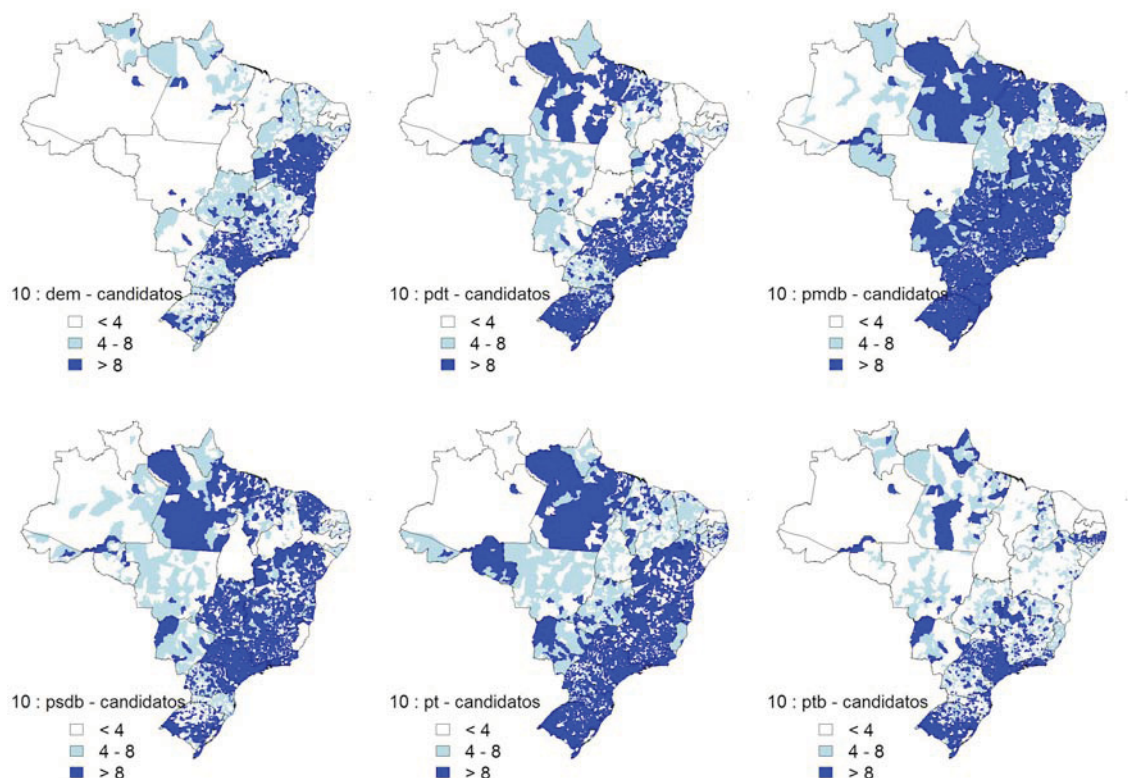
Isso se reflete em parte no número de candidatos que obtém voto em cada município. O mapa III vincula-se de forma muito próxima ao mapa IV, pois pode-se ver que a nuvem de pontos aproxima-se à distribuição de candidatos da maioria dos partidos. É possível perceber a concentração de um número maior de candidatos na faixa leste que vai do Sul até o Nordeste do país.

Em grande parte, tal concentração é explicada pela densidade demográfica mais elevada nesta região. No entanto, esta variável por si própria atua só indiretamente sobre tais resultados. A representação legislativa a nível federal depende diretamente da proporção da população total que cada estado possui. Assim que, estados com um maior número de cadeiras tenderão a possuir uma maior concentração de candidatos e de competição entre candidatos de um mesmo partido.

Ademais, deve-se sublinhar um fator adicional: o número de municípios de cada estado e o grau de concentração da população em alguns municípios em certos estados. Estados com poucos municípios e com um número reduzido de população tendem a apresentar menor nível de competitividade entre candidatos de um mesmo partido. Isto

sugere uma estratégia territorial racional dos partidos que evitam lançar um número elevado de candidatos que pudesse prejudicar as chances do partido de obter as cadeiras em disputa.

Mapa IV – Número de candidatos a deputado federal de cada partido que tiveram votos no município (2010)



Fonte: elaboração própria a partir de dados do TSE (2010).

Por outro lado, o maior número de candidatos em estados com alta população e com muitos municípios ajudaria o partido a obter um cociente eleitoral mais elevado e, por conseguinte, compensar em parte o personalismo do sistema de lista aberta. A lógica para este grupo de localidades seria: quanto mais candidatos mais o total de votos no partido e maior a quantidade de cadeiras a ser obtidas pelo partido. A cobertura do maior número possível de cidades, nesse sentido, atuaria como um dispositivo partidário e se configuraria como uma estratégia territorial de maximização dos votos em termos agregados.

Em seu conjunto, estes resultados sugerem uma sistematicidade na evolução recente dos partidos políticos brasileiros e o fato de que seu perfil organizativo pode ter consequências importantes sobre os resultados eleitorais obtidos. O estudo de Mainwaring de 1991 parece ter captado um momento muito inicial na evolução

organizativa do sistema político brasileiro, que acabavam de deixar 21 anos de ditadura militar e começava o seu processo de reestruturação. Onze anos depois desse estudo, os dados sobre filiação e organização sugerem a necessidade de revisão deste argumento e um olhar mais atento às condições institucionais que garantem a estabilidade do sistema partidário brasileiro na atualidade.

5. Considerações Finais

Apesar de centrais nas explicações sobre o surgimento, desenvolvimento e crises das organizações partidárias, a quantidade e a dispersão de filiados dos diretórios receberam escassa atenção empírica. O presente artigo teve como principal objetivo investigar o desenvolvimento organizacional dos partidos brasileiros a partir de tais elementos, buscando identificar padrões de distribuição espacial para melhor compreendermos organizações que têm se mostrado consolidadas na atual experiência democrática brasileira.

Depois de uma revisão bibliográfica que destacou a filiação clássica de nossos propósitos, o trabalho empírico consistiu na identificação de elementos importantes dos partidos brasileiros em relação à estrutura organizacional e evolução da quantidade de filiados, em uma análise que incorporou também medidas de densidade e expansão territorial. O primeiro aspecto encontrado é uma diferenciação entre os partidos grandes e os médios e pequenos: enquanto nos primeiros, se constatou uma maior quantidade de filiados nos seus primeiros anos, nos partidos menores, se observou um crescimento linear de quantidade dos filiados. Além dessa diferença de evolução, também se constatou uma estrutura mais frágil dos partidos de direita, quando olhamos as comissões provisórias e a quantidade de diretórios.

Apesar de diferenças importantes, a principal evidência suscitada é a de centralidade da expansão territorial nas estratégias das organizações partidárias brasileiras. Comumente tratadas como frágeis e com mobilizações exclusivamente eleitorais, o investimento na estrutura organizacional foi um recurso utilizado pelas lideranças partidárias. A ocupação partidária do território pode influenciar significativamente a competição eleitoral, proporcionando o maior controle das bases eleitorais, o que também leva a construção de alianças. As estruturas dos partidos brasileiros importam: elas não apenas possibilitam a consolidação de um partido em

determinada localidade, como também proporcionam constrangimentos para o desenvolvimento de outros partidos.

A influência nos resultados eleitorais da maior abrangência de filiados e diretórios permanece nebulosa. Trata-se de um problema que deve ser pensado para que as duas arenas (a organizacional e a eleitoral) possam ser vistas de maneira mais integrada. É possível, por exemplo, pensar em uma relação linear entre quantidade de filiados e votos em qualquer pleito; ou mesmo, testar se padrões de distribuição espacial levam a diferentes estratégias na escolha de pleitos de disputa. Como foi visto, foi possível olhar diferenças significativas entre os grandes e os pequenos partidos, algo que pode se vincular com diferenças de incentivos para disputar cargos majoritários ou proporcionais.

Assim, trata-se de um esforço inicial de compreensão de elementos das organizações partidárias brasileiras e seu impacto no sistema partidário. Depois de aproximadamente 30 anos de inauguração do atual sistema partidário, as desconfianças em relação aos partidos brasileiros têm diminuído. Os próximos passos devem ser de aprimorar a compreensão das engrenagens dos partidos brasileiros, buscando observar como ela tem se vinculado com os resultados eleitorais. Trata-se de um fundamental passo para investigarmos como nossas organizações têm influenciado o desempenho eleitoral.

6. Referencias

- ALDRICH, John. *Why Parties?: The Origin and Transformation of Political Parties in America*. 1ª edición. Chicago/ London: The Chicago University Press, 1995.
- _____. "Political Parties In and Out of Legislatures". En RODHES, R.A.W., BINDER, S. A., ROCKMAN, B. A.. *The Oxford Handbook of Political Institutions*. Oxford: Oxford University Press, 2006, 555- 576.
- AMARAL, Oswaldo. 2011. "Ainda conectado: o PT e seus vínculos com a sociedade." *Opinio Pública*, 2011, 17 (1):01-44.
- BRAGA, Maria do Socorro S.. *O Processo Partidário-Eleitoral Brasileiro: Padrões de Competição Política 1982-2002*. 1ª edición. São Paulo: Humanistas/Fapesp, 2006.
- ____y BORGES, Tiago. "Organização e Poder nos Partidos Políticos Brasileiros". VI Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, Campinas, 2008.
- COX, Gary W., *The Efficient Secret: The Cabinet and the Development of Political Parties in Victorian England*. 1ª edición. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.
- DAHL, Robert.1971. *Polyarchy: participation and opposition*. 1ª edición. New Haven: Yale University Press.

- DUVERGER, Maurice. (1954). *Os Partidos Políticos*. 1ª edición. Rio de Janeiro. Martins Fontes, 1954
- COODCHILD, Michael F., y JANELLE, Donald. *Spatially Integrated Social Science*. 1ª edición. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- GUNTHER, R., DIAMOND, L. "Species of political parties: a New Typology". *Party Politics*, 2003, 9 (2): 167-199.
- LAPALOMBARA, J. & WEINER, M. (1966). *Political Parties and Political Development*. 1ª edición Princeton, N.J, Princeton University.
- LAWSON, Kay. (org.). *How Political Parties Work. Perspectives from within*. 1ª edición. London, Westport Connecticut, 1994.
- KATZ, Richard. y MAIR, Peter. *Party Organizations*. 1ª edición Londres: Sage. 1992.
- _____. *How Parties Organize. Change and Adaptation in Party Organizations in Western Democracies*. 1ª edición London, Sage Publications, 1995.
- KIRCHHIMER, Otto, "The Catch-All Party. En: MAIR, P. *The West European Party System*. 1ª edición Oxford, Oxford University Press, 1990, 50-60.
- KINZO, Maria D'alva. *Oposição e Autoritarismo: Gênese e trajetória do PMDB (1966-1979)*. 1ª edición São Paulo: IDESP/Vértice, 1988.
- _____. "Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004, vol. 19 (54): 23-40
- _____. "Os Partidos no Eleitorado: percepções públicas e laços partidários no Brasil". *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2005, 20 (57): 65-81
- LAMOUNIER, Bolívar y MENEGUELLO, Rachel. (1986), *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. 1ª edición, São Paulo, Brasiliense.
- LAMOUNIER, Bolívar "Estrutura Institucional e Governabilidade na década de 90" in Reis Velloso, João Paulo dos (ed.). *O Brasil e as Reformas Políticas*. Rio de Janeiro: José Olympio. 1992, 23-48.
- LIMONGI, Fernando, CORTEZ, Rafael (2010). "As eleições de 2010 e o quadro partidário". *Novos Estudos*, 88, 2010, 21-37.
- MAINWARING, Scott. "Políticos, partidos e sistemas eleitorais". *Novos Estudos*, 1991, 29: 34-58.
- _____. (2001). *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Rio de Janeiro/ Porto Alegre, Editora da FGV/ Mercado Aberto.
- MAYHEW, David, *Congress: The Electoral Connection*. 1ª edición. New Haven, Yale University Press, 1974.
- MENEGUELO, Rachel. *PT: a formação de um partido (1979-1982)*. 1ª edición. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989.
- MELO, Carlos Ranulfo. "Nem tanto ao Mar nem tanto a Terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro". En: MELO, C. R, SAEZ, M.A. *A Democracia Brasileira: balanço e perspectivas para o século XXI*. 1ª edición. Belo Horizonte: Editora UFMG. 267-302.
- MICHELS, Robert. *Os Partidos Políticos*. 3ª edición. Brasília, UNB, 1971.
- OSTROGORSKI, Mosei. *A Democracia e os Partidos Políticos*, 3ª edición. Paris, Seuil, 1979.
- PANEBIANCO, Angelo. *Modelos de Partido. Organização e Poder nos partidos políticos*. 2ª edición. São Paulo, Martins Fontes, 2005.
- PORTER, Jeremy R., y HOWELL, Frank M. *Geographical Sociology: Theoretical Foundations and Methodological Applications in the Sociology of Location*. 1ª edición Vol. 105. New York: Springer, 2012.
- SAMUELS, David. "Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato: Evidências sobre o Brasil". *Dados*, 1997, 40 (http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52581997000300008&script=sci_arttext).

- SCHELESINGER, Joseph. (1984). "On The theory of Party Organizations". Journal of Politics, 1984, 46 (2): 369-400.
- SHUGART, Matthew S. & CAREY, John. Presidents and Assemblies. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
- WEBER, Max. *Ciência e política: duas vocações*. 3ª edição. São Paulo: Cultrix, 1993.
- _____. "Partidos e Organização Partidária" In: *Economia e Sociedade*, 5ª edição. Brasília, UnB, 1999.

Obras e sites oficiais:

Estatuto del PMDB, PSDB, PT, PFL e PP.
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Tribunal Superior Eleitoral